

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.418 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2001

Senado aprova projeto que torna a Justiça mais rápida

Alterações no Código de Processo Civil têm o objetivo de diminuir a duração dos processos. Sentenças contra a Fazenda Pública com valor menor que 60 salários mínimos vão produzir efeito imediato, desafogando tribunais

ORÇAMENTO DA UNIÃO



O presidente do Senado, Ramez Tebet (C) recebe o secretário-geral da Presidência, Arthur Virgílio (E)

1

Cortes podem garantir salário mínimo maior

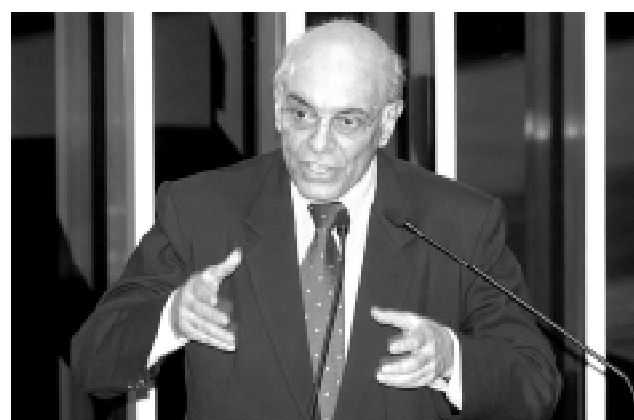
PÁGINA 3

2

Tebet anuncia esforço para votação este ano

O projeto que vai agora à sanção do presidente da República fará justiça social, pois “aposentados e pensionistas do Estado, por exemplo, terão as suas ações decididas em menos tempo”, segundo o relator, senador Osmar Dias. Ele destacou que a proposta “contribuirá para desafogar os tribunais, hoje abarrotados de causas repetitivas”. O Plenário também discutiu ontem outras matérias, como a que inclui o Pantanal Sul-Mato-Grossense entre os bens do Patrimônio Nacional.

PÁGINA 5



Artur da Távola comentou a entrevista do publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha do PT, à revista IstoÉ

Távola condena troca de idéias pelo “marketing”

O uso de técnicas de *marketing* e propaganda nas campanhas eleitorais em vez da pregação política de idéias, projetos de governo e visões ideológicas foi criticado em discurso que repercutiu no Plenário.

PÁGINA 8

Em debate a ampliação de espaço na TV à cultura regional

Proposta será analisada hoje pela Comissão de Educação.

PÁGINA 2

Proposta que altera CLT começa a tramitar

Presidente do Senado adverte que projeto, já aprovado pelos deputados, não será votado antes do ano que vem.

PÁGINA 5

Comissão analisa projeto que dá mais espaço em rádio e TV à cultura regional

Substitutivo de Casildo Maldaner a proposta de Antero Paes de Barros modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações e abre prazo de cinco anos para adaptação das emissoras

A Comissão de Educação (CE) analisa hoje substitutivo do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) a projeto que modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações para assegurar maior espaço à cultura regional. O senador irá propor que 30% — e não 50%, como prevê o texto original — da programação veiculada por emissoras de rádio e de televisão sejam voltados para a cultura local e regional.

De autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o projeto recebeu emenda do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, ampliando de 180 dias para dois anos o prazo para que as emissoras se adaptem às novas exigências. O substitutivo de Casildo Maldaner volta a alterar esse prazo, ampliando-o para cinco anos.

Em seu substitutivo, Maldaner

afirma que, na audiência pública realizada pela CE para debater a matéria, ficou claro que é impossível cumprir as exigências do projeto (50% da programação voltados para a cultura regional logo após a aprovação da lei), ao mesmo tempo em que “se é forçado a concordar com seu mérito”.

O relator também manifesta concordância com o autor quando este afirma que a facilidade sempre crescente das telecomunicações propiciou a criação de um circuito nacional de TV, transformando as emissoras regionais em meras repetidoras das sediadas nas capitais, especialmente no Rio e em São Paulo.

Também está na pauta da reunião projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) segundo o qual os estágios de estudantes de estabeleci-



Antero Paes de Barros quer valorizar programação regional e local em rádio e TV

que apresentou substitutivo, também define que o estágio não cria vínculo empregatício, mas garante o direito a recebimento de bolsa ou outra contraprestação que venha a ser acordada entre as partes, desde que não inferior ao salário mínimo e com a intervenção da instituição de ensino.

CINEMA

Após a ordem do dia, a Comissão de Educação deverá voltar a se reunir para avaliar a indicação do cineasta

Gustavo Dahl para o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Também serão analisadas mensagens do Executivo indicando os nomes de João Estácio da Silveira, Augusto Sevá e Lia Maria de Gomensoro Polachini Lopes para diretores da Ancine.

mentos de ensino superior e de ensino médio profissionalizante e supletivo só poderão ser feitos em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do candidato.

A proposição, relatada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES),

Adesão à Alca pode ser decidida em plebiscito

Projeto do senador Roberto Sarturino (PSB-RJ) que propõe um plebiscito sobre a suspensão, pelo prazo de 20 anos, do ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será analisado hoje pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a partir das 17h30.

A proposta recebeu voto favorável da relatora, senadora Emilia Fernandes (PT-RS). No entanto, Emilia reduz o prazo para 15 anos.

A comissão também deve analisar a minuta de proposta de emenda à Constituição do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que estabelece a obrigatoriedade de o Congresso ser consultado pelo Executivo antes de qualquer acordo internacional.

CRE vota programa para fortalecer fronteira com países do Mercosul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota hoje, a partir das 17h30, projeto de lei da Câmara que estabelece o programa Grande Fronteira do Mercosul, a ser implementado na área formada pelos municípios dos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cujas sedes estejam localizadas na faixa de até 450 quilômetros de largura ao longo da fronteira do Brasil com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

São objetivos desse programa, entre outros, promover a fixação do homem no campo e de-

sestimular o êxodo rural, dotando os municípios em que predomine população composta por pequenos e médios produtores rurais de centros de convivência social; fortalecer a agricultura familiar, pelo estímulo ao cooperativismo e ao associativismo econômico; promover o desenvolvimento econômico e social da área de abrangência, dotando-a das condições indispensáveis a sua inserção no Mercado Comum do Sul e à competição internacional. O relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), é favorável à aprovação da matéria.

Na mesma reunião, a CRE, pre-

sidente pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), analisa os resultados de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas embaixadas do Brasil em Helsinki, Kiev, Ancara e Atenas. A comissão deve analisar ainda projeto de lei da Câmara que altera o Estatuto dos Militares.

Constam da pauta, também, diversos acordos e tratados internacionais, entre os quais o acordo de cooperação mútua entre o Brasil e o Paraguai para o combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente
Ramez Tebet

10h — Recebe o embaixador Osmar Chohfi, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores
10h30 — Recebe Ladislav Skerik, embaixador da República Tcheca
11h — Recebe Lahcene Moussaoui, embaixador da Argélia
14h15 — Recebe o almirante Sérgio Chagasteles, comandante da Marinha, e o almirante Luiz Fernando Peixoto, chefe do Estado-Maior da Armada
14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
17h — Participa do lançamento do livro *Cheiros e Sabores de Mato Grosso do Sul*, de autoria de Iracema Sampaio. *Salão Negro do Congresso Nacional*
19h — Participa do lançamento do livro *Ousadia*, de autoria do ministro da Integração Nacional Ney Suassuna. *Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Hora do expediente: destinada a comemorar o Dia do Marinheiro.
Pauta: entre outros, PLC nº 3/01, altera dispositivos da Lei nº 6.019/74, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros; votação, em segundo turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 42/01, altera os artigos 149, 155 e 177 da Constituição federal (dispondo que as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação, contudo podendo incidir sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, derivados de petróleo e combustíveis, define alíquotas e competência); Pareceres nºs 1.429 e 1.430, de 2001, que submetem à deliberação do Senado os nomes de Sebastião do Rego Barros Netto e de Luiz Augusto Horta Nogueira para exercerem os cargos de diretor-geral e de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP); e nº 1.431/01, que submete à deliberação do Senado o nome de Beny Parnes para exercer o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos
11h30 e após a ordem do dia — Comissão de Educação
14h, 15h e 18h30 — Comissão Mista de Orçamento Público e Fiscalização
17h — Comissão Especial da Crise Energética
17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
18h — Comissão de Assuntos Sociais
18h e 20h — Comissão de Fiscalização e Controle

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Corte de emendas poderá bancar aumento do mínimo

Relator do Orçamento propõe redução no custeio da máquina pública e nas emendas parlamentares para garantir reajuste acima da inflação

O aumento do salário mínimo, em percentual acima da inflação deste ano, poderá sair de cortes no custeio da máquina pública e nas emendas coletivas que os deputados e senadores apresentaram ao Orçamento de 2002. Essas alternativas serão expostas pelo relator-geral do Orçamento, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), a todos os líderes partidários do Senado e da Câmara, em reunião marcada para hoje.

Os líderes decidirão quanto será cortado das emendas ao Orçamento e, quanto maior for o corte, maior será o reajuste do mínimo. O governo pretendia corrigir o salário mínimo de R\$ 180 em abril próximo em 5,56%, o que elevaria seu valor para R\$ 190. A oposição quer pelo menos R\$ 220.

Na última quinta-feira, os oposicionistas decidiram obstruir as votações do Orçamento até que o governo resolvesse negociar um aumento real para o mínimo. Ficou acertado que os líderes na Câmara se reuniriam hoje para tratar do assunto e, ontem, os lí-



Carlos Bezerra, presidente da Comissão de Orçamento, participa da reunião de hoje

deres partidários do Senado foram convidados para a reunião, assim como o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

O relator-geral do Orçamento anunciará aos líderes que decidiu também reestimar as receitas de impostos e contribuições do ano que vem, porque está corrigindo no projeto orçamentário a inflação deste ano prevista pelo governo em agosto, quando enviou o projeto ao Congresso. A pro-

posta levava em conta o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas em 6% neste ano, mas agora a equipe econômica admite que o índice ficará em 7,1%. Inflação mais elevada gera maior arrecadação no ano seguinte.

As mudanças que o relator apresentará aos líderes foram acertadas ontem com o presidente Fernando Henrique e com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. No encontro de hoje, o governo também quer ouvir dos líderes partidários, especialmente da oposição, sugestões para aumentar a arrecadação e, com isso, bancar um reajuste maior para o salário mínimo.

No encontro de hoje, os líderes vão discutir ainda como deve ser feita a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores, calculada em R\$ 4,5 bilhões. Estará ainda em discussão o projeto que corrige a tabela de cálculo do Imposto de Renda, já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara.

Tebet espera votar Orçamento da União até o dia 21

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que o Orçamento da União deverá ser aprovado ainda este ano. A declaração foi feita após receber visita do secretário-geral da Presidência da República, ministro Arthur Virgílio. Tebet acrescentou que vai acertar com o presidente da Câmara, Aécio Neves, a realização de esforço concentrado, contando com a possibilidade de prorrogar os trabalhos até 21 de dezembro.

— O Orçamento é a principal lei do país, e contamos votá-la ainda neste ano, com a colaboração de todos os partidos. Vou combinar a pauta do esforço concentrado com o Aécio, mas ela não pode ser muito grande, porque nossa prioridade será votar o Orçamento — afirmou.

Tebet disse que a Gráfica do Senado vai trabalhar todo o final de semana para imprimir o relatório da matéria. Segundo o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente da Comissão Mista de Orçamento, o relatório será apresentado nesta sexta-feira.



Ramez Tebet (centro) recebeu ontem a visita do secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio (esquerda)

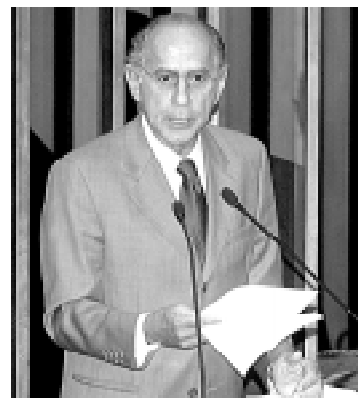
Mauro pede apoio a emenda para construir 100 mil casas populares

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu ontem apoio à emenda que destina R\$ 350 milhões para a construção de 100 mil habitações populares. A emenda, apresentada ao projeto de Orçamento para 2002 pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), determina que a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República administre os recursos.

De acordo com o parlamentar, trata-se de “contribuição modesta” para reduzir o déficit habitacional do país. Mauro citou pesquisa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo a qual o país precisa de, pelo menos, mais cinco milhões de residências.

Mauro afirmou que o maior empecilho para a execução de metas sociais no Brasil é a natureza autorizativa do Orçamento da União. Para ele, o Orçamento deveria ser impositivo, garantindo a liberação imediata das verbas aprovadas pelo Congresso, já que “os parlamentares sabem identificar melhor” as necessidades de cada região.

Em aparte, o senador Moreira



Mauro Miranda ressaltou que o Brasil precisa de pelo menos mais 5 milhões de residências

Mendes (PFL-RO) também criticou o orçamento autorizativo, por criar “uma expectativa no parlamentar e na população” de que os recursos serão liberados. Ele afirmou preferir que os recursos fossem menores, mas garantidos desde o início do ano.

Também em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) afirmou que o governo ainda não se sensibilizou para os “sem-casa”, que vivem em favelas ou embaixo de viadutos. Os senadores Leomar Quintanilha (PFL-TO) e Marluce Pinto (PMDB-RR) defenderam a imediata aprovação da emenda da CAS.

Ornélas cobra mais atenção do Congresso à proposta orçamentária

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) defendeu ontem a importância de o Congresso Nacional voltar-se para suas competências essenciais, fortalecendo seu papel institucional. Ele criticou especialmente a elaboração do Orçamento da União, que em sua opinião não recebe a atenção devida nem do Congresso nem da população.

Ornélas defendeu a instituição do Orçamento impositivo, pelo qual o Executivo tem de justificar o descumprimento da distribuição das verbas aprovada pelo Congresso. Ele lembrou que os deputados devem analisar proposta do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, mudando a forma do orçamento, já aprovada pelo Senado Federal.

— No Brasil, o Orçamento tornou-se uma oportunidade para apresentação de emendas paroquiais. Cada parlamentar pode apresentar 20 emendas, no valor total de R\$ 2 milhões. Isso gera uma barganha com o (Poder) Executivo para liberação de recursos e subordina o Legislativo ao Executivo — disse.



Waldeck Ornélas defende a instituição do Orçamento impositivo

Waldeck Ornélas afirmou que essa barganha acaba por descaracterizar as emendas apresentadas pelas bancadas dos estados. Para ele, os parlamentares acabam por não ter ingerência nas discussões de grandes projetos estruturais para o país.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) cobrou mais ética no tratamento com o Orçamento da União e lamentou a distância e pouca sensibilidade da população para com a matéria. O senador pelo Acre também defendeu a instituição do Orçamento impositivo.

CAE analisa mudanças no Imposto de Renda

Projeto de iniciativa de Antonio Carlos Valadares estabelece que mutuários do Sistema Financeiro da Habitação poderão deduzir até R\$ 1.700 na declaração anual. Matéria tem parecer favorável do relator, Francelino Pereira

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) devem examinar hoje, a partir das 10h, uma pauta com 16 itens, destacando-se três projetos de lei que alteram a legislação do Imposto de Renda.

Um deles, de iniciativa do senador Tião Viana (PT-AC), estabelece isenção do pagamento de Imposto de Renda para os proventos das pessoas portadoras de fibrose cística e doenças hepáticas graves. A norma vigente já permite esse tratamento para outros portadores de doenças graves, como Aids, esquizofrenia e mal de Parkinson. O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Outro projeto, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), com voto favorável do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), amplia de R\$ 900 para R\$ 1.800 o limite de isenção do Imposto de Renda de pessoa física a ser aplicado aos aposentados com mais de 65 anos de idade.

Os mutuários do Sistema Financeiro poderão deduzir até R\$ 1.700 da base de cálculo do Imposto de Renda. Esta é a síntese do projeto de lei do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que recebeu relatório favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG).

A comissão também deve analisar emenda apresentada em Plenário pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) a projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que determina restrições para modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), depois que esta já estiver aprovada pelo Congresso. A emenda recebeu voto contrário do relator, senador José Fogaça (PPS-RS).

A pauta da reunião de hoje da CAE inclui ainda pedido de autorização para operação de crédito em benefício do Piauí, no valor de US\$ 22,5 milhões, junto ao Banco Mundial.



Comissão de Assuntos Econômicos deve analisar na reunião de hoje proposta de Edison Lobão (foto ao lado) que amplia de R\$ 900 para R\$ 1.800 o limite de isenção do Imposto de Renda pessoa física sobre os proventos dos aposentados com mais de 65 anos de idade



CPI das ONGs examina requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a apurar denúncias sobre a atuação irregular de organizações não-governamentais

(ONGs) reúne-se hoje, às 17h30, sob a presidência do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), para discutir e votar oito requerimentos.

A CPI, que começou a funcionar em fevereiro deste ano, já realizou doze reuniões, tendo ouvido vários representantes de ONGs e parlamentares, entre eles o presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Neivo Beraldin, e o relator da CPI da Câmara que investiga grilagem de terras na Amazônia, deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO).

A senadora Marluce Pinto (PMDB-PR) é a relatora da CPI.



Mozarildo é o presidente da comissão

Criação do Serviço Social de Saúde em debate na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado promove audiência pública hoje, às 18h, para debater o projeto de lei que cria o Serviço Social de Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).

A audiência foi solicitada pelos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Heloísa Helena (PT-AL) e pelo próprio autor da proposição, Geraldo Althoff (PFL-SC).

A audiência pública deverá

contar com a participação de representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; dos conselhos nacionais do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); das confederações nacionais de saúde, dos trabalhadores na saúde, das santas casas de misericórdia e do transporte; e de hospitais, entidades filantrópicas e estabelecimentos de serviços.



A audiência que será realizada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais terá participação de representantes de várias entidades

CFC debate fiscalização dos remédios

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza hoje audiência pública sobre a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

na fiscalização dos medicamentos.

Às 18h, a CFC ouve o diretor de Medicamentos da Anvisa, Luiz Felipe Moreira Lima, e às 20h toma o depoimento do diretor-presidente da agência, Gonzalo Vecina Neto. Eles foram convidados por sugestão da senadora Heloísa Helena (PT-AL).



Heloísa Helena

Senadores votam relatório sobre o Rio São Francisco

A comissão especial do Senado criada com o objetivo de acompanhar e avaliar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco reúne-se hoje, às 14h30, para analisar o relatório parcial apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

A comissão é presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e tem como vice-presidente o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).



Renan Calheiros

Comissão da crise energética elege novo presidente

A comissão especial mista que estuda as causas da crise de energia que atinge o país realiza hoje, às 17h, eleição para escolher seu novo presidente.

Instalada em maio deste ano, e integrada por 12 senadores e igual número de deputados, a comissão mista tem como relator o senador Paulo Souto (PFL-BA). Ela deverá propor alternativas para o equacionamento do problema energético brasileiro.

Senado começa a examinar hoje modificações na CLT

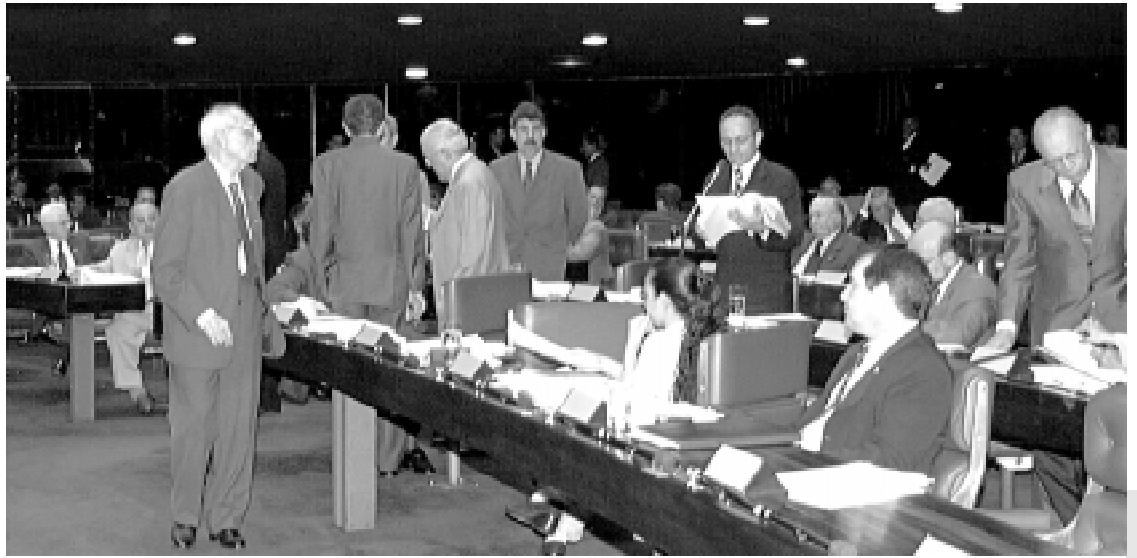
Começa a tramitar hoje no Senado projeto do Executivo que modifica a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), já aprovado pela Câmara dos Deputados em regime de urgência. O presidente do Senado, Ramez Tebet, já adiantou que a matéria, que foi objeto de intensa discussão na Câmara, não terá a tramitação finalizada pela Casa antes de 2002.

O Plenário também vota em segundo turno proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da proposta, afirma que a medida é fundamental para ajudar o Brasil a combater os desequilíbrios regionais. Aprovada por unanimidade em primeiro turno, a maté-

ria seguirá para deliberação da Câmara dos Deputados se for acatada.

O Plenário vota ainda a PEC que permite a incidência de contribuições sociais e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), ainda a ser criada, sobre a importação de bens ou serviços de telecomunicações, petróleo e derivados.

A proposta isenta as receitas decorrentes de exportação da incidência das contribuições. Autor da proposta, o governo deseja que a Cide substitua a Parcela de Preços Específica (PPE), adicional cobrado no preço dos derivados do petróleo, a ser extinta em janeiro do próximo ano. A PPE reforça os cofres do Tesouro com aproximadamente R\$ 6 bilhões por ano, segundo cálculos feitos no Senado.



O Plenário também discutiu ontem a PEC que institui contribuição sobre a importação de derivados de petróleo

Decisão do Plenário garante maior rapidez ao Judiciário

Foi aprovado ontem pelo Senado projeto que diminui o tempo de tramitação dos processos, especialmente os referentes à Fazenda Pública

O Senado aprovou ontem alterações no Código de Processo Civil, com o objetivo de tornar mais rápida a tramitação dos processos no Judiciário. O projeto de lei da Câmara, que vai agora à sanção presidencial, trata do duplo grau de jurisdição (garantia de recurso à decisão judicial). A aprovação do texto fará as sentenças contra a Fazenda Pública que tenham valores menores que 60 salários mínimos produzirem efeito imediato.

O objetivo é evitar que processos referentes a valores baixos sobrecarreguem os tribunais. O mesmo tratamento será dado às sentenças contra o Estado fundadas em jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou de outros tribunais superiores.

Relator da proposta, o senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o projeto fará justiça social, "à medida que aposentados e pensionistas do estado, por exemplo, terão as suas ações decididas em menos tempo". Ele ressaltou que a matéria "contribuirá para desafogar os tribunais, hoje abarrotados de causas repetitivas".

O projeto amplia o rol das apelações que têm efeito apenas



Para Osmar Dias, relator da proposta, aposentados serão os mais beneficiados

devolutivo, ou seja, as que não suspendem a eficácia das sentenças de primeiro grau. Dessa forma, o direito estará atendido desde logo, tornando a Justiça mais célere.

Outras alterações que dizem respeito à burocracia da Justiça também estão presentes no projeto, elaborado por comissão de juristas que desde 1991 vem propondo alterações no Código de Processo Civil.

PETRÓLEO

O Plenário realizou a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) que institui

a contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a importação de derivados de petróleo. Também foi discutida a inclusão do Pantanal Sul-Mato-Grossense entre os bens do Patrimônio Nacional.

Transcorreu ontem a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que permite a profissionais de saúde o acúmulo de dois cargos públicos. E houve o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da proposta que institui o fundo para revitalização e desenvolvimento sustentável da Bacia do São Francisco.

Tebet: restrição a imunidade parlamentar é prioridade

O presidente do Senado, Ramez Tebet, acredita que a proposta de emenda constitucional (PEC) que acaba com a imunidade dos parlamentares nos casos de crime comum estará entre as primeiras matérias a serem aprovadas pela Casa em 2002.

— Existe unanimidade no Senado em torno da proposta, que

é um avanço e vai assegurar que todos os brasileiros sejam iguais perante a lei. Não há porque dar privilégios a parlamentares que tenham cometido crimes comuns. A matéria já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como relator o senador José Fogaça, e acho que será uma das primeiras a serem votadas no ano que vem.



Ney Suassuna estará hoje na Biblioteca do Senado para o lançamento do livro e do CD

Ney Suassuna lança livro de poesias e CD

O livro *Ousadia* e o CD *Coisas da Vida*, ambos de autoria do ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, serão lançados hoje, às 18h, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, do Senado Federal.

Ousadia é uma coletânea de poesias, e faz referência a diferentes momentos da vida do autor, desde a sua infância. Na solenidade de lançamento, será apresentada também uma pequena mostra da obra musical de Suassuna.

Autorizado funcionamento de emissoras de rádio

O Plenário do Senado aprovou ontem nove projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras comunitárias nas cidades de Santa Rita (PB); Queluz, Mineiros do Tietê e Monte Mor (SP); Cristais

(MG); Aratuba (CE); Terra Boa (PR); Porto Calvo (AL); e Carmo do Rio Verde (GO).

A Rádio Subaé, de Feira de Santana (BA), teve renovada a autorização para explorar serviços de rádio FM. Também foi

renovada a concessão da Rádio Educação Rural, de Campo Grande (MS). A Fundação Rodesindo Pavan teve outorgada a concessão para operar transmissora de televisão no Balneário de Camboriú (SC).

Hartung propõe agenda mínima de reformas

Ainda que 2002 seja ano eleitoral, o Congresso deve lançar as bases da retomada de programa estratégico para o país, disse o senador

Ao criticar “o ritmo lento” do programa de reformas e a “falta de rumo” do governo Fernando Henrique, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) defendeu que o Congresso Nacional contribua para mudar em 2002 o “comportamento errático da política nacional”, estruturando uma agenda mínima de reformas compatível com um ano de eleições.

— Um acordo que garanta o que será encaminhado, sem que isso signifique qualquer compromisso ou concordância política prévia quanto às deliberações. O próximo ano, entretanto, poderá lançar as bases efetivas da retomada de uma agenda estratégica pelo próximo governo, sem que isso signifique adiar decisões importantes até 2003 — afirmou.

Segundo Hartung, o próximo governo terá de, necessariamente, fazer a reforma tributária. Para ele, também não há razão para adiar temas como a incidência do ICMS sobre combustíveis, uma nova política de saneamento bá-



Paulo Hartung considera que o próximo governo terá de promover uma reforma tributária

sico, o aperfeiçoamento da Lei das Sociedades Anônimas e um entendimento mínimo sobre as posições brasileiras nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Mercosul.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse existir grande distância entre o governo, o parlamento e as necessidades da sociedade brasileira. Para ele, as agências reguladoras estão inope-

rantes. Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) citou pesquisa que aponta uma rentabilidade média de 4,5% ao ano para 363 empresas, enquanto a de 23 bancos foi de 22% a 37%. O senador disse ainda que, enquanto o capital produtivo está sendo penalizado, o especulativo está sendo premiado.

IMPOSTO ÚNICO
Já o senador Lindberg Cury (PFL-DF) defendeu a reforma tributária e convidou os parlamentares

para o lançamento da campanha pelo Imposto Único Federal, às 12h30 de hoje, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados. O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), elogiou Hartung, que para ele “faz oposição substituindo xingamentos por argumentos”. Segundo Távola, hoje se investe na área social mais do que em qualquer outro período da história do país, “consolidando fundamentos da economia e garantindo o futuro”.

Brasil clama por legislação tributária que garanta dignidade ao contribuinte, diz Iris

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) disse ontem em Plenário que “o Brasil clama” por uma reforma tributária que permita ao contribuinte viver com mais dignidade e ao setor produtivo trabalhar com mais eficiência. Para gerar os superávits exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), disse, o governo “castiga os assalariados de menor renda”, que “são obrigados” a pagar cada vez mais imposto devido ao congelamento da tabela de alíquotas do Imposto de Renda, inalterada há sete anos.

A política tributária no Brasil, na avaliação de Iris Rezende, prejudica a indústria nacional e abala a capacidade competitiva dos produtos brasileiros. O senador também lembrou que o Banco Mundial condenou a existência de 52 encargos tributários no Brasil.

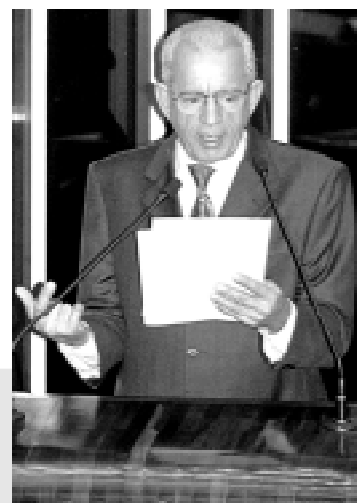
Iris informou que, desde o iní-

cio do Plano Real, a carga tributária cresceu cerca de 180%. Ele disse também que o governo pratica alíquotas elevadas e injustas, como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que já dura sete anos e teve a alíquota elevada de 0,20% para 0,38%.

BENEFÍCIOS

Mais grave ainda, segundo o senador, é o fato de a arrecadação tributária não se converter em benefícios para a população. Iris citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo a qual o governo cobra impostos de primeiro mundo mas presta serviços de terceiro mundo.

— A insistência do governo em seguir à risca essa receita monetarista mantém baixo o nível de emprego, perpetua as desigualdades sociais e impede a distribuição de riquezas no Brasil — ressaltou Iris.



Iris Rezende considera que o governo “castiga os assalariados de menor renda”

Em aparte, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) afirmou que a reforma tributária é “uma questão decisiva” para o desenvolvimento do país.

Quintanilha manifesta pesar pela morte de funcionário do BB

O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) manifestou pesar pela morte de Leomar Bezerra de Andrade, funcionário do Banco do Brasil. Segundo disse, Leomar Andrade foi responsável pela implementação de uma das primeiras agências do banco no norte do Goiás, onde hoje localiza-se o estado do Tocantins.

Em pronunciamento, o senador citou os principais feitos de Leomar Andrade, cuja atuação no comando da agência em Araguaína propiciou o desenvolvimento econômico da região.

— O trabalho de Leomar ajudou a dignificar essa instituição tão respeitável que é o Banco do Brasil.

Além de descrever Leomar An-



Leomar Quintanilha destacou o trabalho de Leomar Bezerra de Andrade

drade como um profissional competente, o senador destacou a franqueza e a lealdade como suas qualidades pessoais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Mauro Miranda e o deputado Jorge Pinheiro falam sobre a qualidade de vida nas cidades

7h30 — *Entrevista* — O sen. Paulo Hartung fala sobre a correção do Imposto de Renda

8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoolismo — doença na família — Parte 2

9h — *As Cores do Brasil* — Forte do Recife

9h45 — *Senado Informa* (ao vivo)

10h — Comissão de Assuntos Econômicos — Reunião com vários itens, entre eles mensagem que trata de empréstimo de US\$ 22,5 milhões para o Piauí.

Logo após — Comissão de Educação — Pauta com projetos e sabatina de indicados para a Agência Nacional de Cinema — Ancine.

13h30 — *Cidadania* — O sen. Eduardo Suplicy e Lucélia Santos, diretora de cinema, falam sobre o filme *Timor Lorosae*, o massacre que o mundo não viu

14h15 — *Senado Informa* (ao vivo)

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle — Audiência pública para ouvir Luiz Felipe Moreira Lima, diretor de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), sobre a fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil. Requerimento da Sen. Heloísa Helena. Audiência pública para ouvir Gonzalo Vecina Neto, diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária

(Anvisa), sobre a fiscalização dos medicamentos à venda no Brasil. Requerimento da sen. Heloísa Helena (ao vivo)

21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Senado Primeira Hora* — entrevistas: o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) fala sobre a crise das companhias aéreas; o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) opina sobre veto do presidente da República ao projeto que dá estabilidade no emprego aos portadores do vírus da Aids; além deles, também será entrevistado Marcos Vinícius de Oliveira e Silva, presidente do Conselho Federal de Psicologia, acerca dos crimes cometidos por hospitais psiquiátricos, e Tadeu Filipelli, secretário de Obras do Distrito Federal, que fala sobre a construção de estacionamentos subterrâneos em pontos críticos do Plano Piloto.

9h30 — *Tanto Mar* — O destaque desta semana é a cantora cabo-verdiana Cezária Évora.

13h30 — *Tanto Mar* (reapresentação)

14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde

14h30 — Sessão Plenária — Sessão deliberativa ordinária.

20h30 — *Tanto Mar* (reapresentação)

22h — *Senado Notícias* — Edição da noite

23h — *Vozes do Século 20* (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Maria do Carmo adverte que hospital de Sergipe pode parar

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) advertiu ontem que o Hospital da Universidade Federal de Sergipe (UFSE) pode ser obrigado a parar de funcionar, o que prejudicará a população de baixa renda do estado. Por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), o hospital terá que dispensar 200 servidores contratados sem concurso público. O tribunal considerou irregular o contrato firmado entre esses servidores e a universidade.

— Há três anos o reitor da universidade, José Fernandes Lima, pede autorização para realizar concurso para 500 vagas. O mesmo governo que nega essa autorização veta a única solução encontrada para manter o hospital funcionando — disse.

Maria do Carmo informou que esses 200 funcionários são quase metade da mão-de-obra do hospital universitário, que faz cerca



Maria do Carmo pede solução que garanta funcionamento do hospital universitário

de 30 mil atendimentos por mês e é um dos dois estabelecimentos do estado que realizam hemodiálise. Ela fez apelo ao governo do estado e aos ministros da Educação, Paulo Renato Souza, e da Saúde, José Serra, para que encontrem solução para o grave problema.

Conselho de Psicologia promove "juízo" dos manicômios

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) promove hoje, das 9h às 17h, no Auditório Petrônio Portella, do Senado Federal, o evento "Tribunal dos Crimes da Paz", pelo qual serão julgadas as atrocidades e mortes ocorridas ao longo dos últimos anos nos hospitais psiquiátricos do país. A iniciativa conta com o apoio do senador Tião Viana (PT-AC) e o evento será aberto ao público, gratuitamente.

De acordo com o CFP, será organizado um tribunal especial, a exemplo dos mantidos pela Justiça, com juízes, advogados de defesa e de acusação, réus, testemunhas e corpo de jurados, e serão ouvidos depoimentos de pessoas

que foram internadas em instituições psiquiátricas, como Gismair Castro, além de seus familiares.

No papel de juiz, estará o jurista Luís Fernando Barros de Camargo Vidal, enquanto o psiquiatra Willians Valentine fará o papel de advogado de acusação. Na defesa dos hospitais, atuará o jurista criminal Antonio Carlos de Almeida Castro. O júri contará com Vera Vital Brasil, do grupo Tortura Nunca Mais, e o deputado Paulo Delgado (PT-MG), autor da Lei Antimanicomial. O evento contará também com o cineasta Helvécio Raton, diretor dos filmes *Menino Maluquinho* e *Em nome da Razão*, este último filmado dentro do Hospital Psiquiátrico de Barbacena (MG).

Segundo o presidente do CFP, Marcus Vinícius de Oliveira, há casos de internos em hospitais psiquiátricos que ficaram até 40 anos esquecidos nesses locais e há ainda registro de várias mortes não esclarecidas em tais instituições. Na ocasião, será lançado o livro *A instituição sinistra: mortes violentas em hospitais psiquiátricos no Brasil*, organizado pelo CFP e por sete organizações de defesa dos direitos humanos, que relata problemas de violência, atrocidades e mortes de internos nos hospitais.



Tião Viana apóia evento que será realizado no Auditório Petrônio Portella

Emilia vê MEC resignado com mau desempenho dos alunos

Senadora critica explicações do ministro da Educação e da secretária de Ensino Superior para os resultados obtidos em avaliação internacional

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) manifestou indignação em Plenário, ontem, com as justificativas e a resignação das autoridades do Ministério da Educação (MEC) diante dos péssimos resultados dos alunos brasileiros do ensino médio, em avaliação que os comparou com estudantes de outros países.

O teste, conduzido pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), revelou que os estudantes brasileiros obtiveram a pior classificação dentre os 32 países participantes. O ministro da Educação, Paulo Renato, justificou o mau desempenho dizendo que os outros 31 países eram desenvolvidos. Por essa razão, ele não teria se surpreendido com o resultado. A secretária de Ensino Superior do Ministério, Maria Helena Guimarães, afirmou esperar números ainda piores.

Com base nessas declarações, a senadora concluiu que, para o ministro da Educação, a res-



Para Emilia, os profissionais de educação têm sido aviltados em sua dignidade

ponsabilidade é da escola, dos professores, da cultura da reprovação e da pobreza do povo. No entanto, para a parlamentar, a pobreza do povo pode ser consequência do modelo econômico adotado pelo governo ao longo dos últimos sete anos. Quanto à suposta incompetência dos educadores, ela disse que a explicação pode estar nos baixos salários.

Professora por mais de 23 anos, Emilia afirmou receber aposentadoria irrisória por esse tempo de serviço. Acrescentou

que, com os baixos salários, os professores não têm condições de sequer se alimentar ou pagar aluguel, quanto mais adquirir livros ou frequentar seminários ou congressos.

Em aparte, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) discordou da senadora, afirmando que ela distorce a verdade em busca de interesse político imediato. Para ele, a parlamentar "recorre ao populismo ao tentar atribuir somente ao atual governo os problemas relacionados com a educação". Távola acrescentou que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso promoveu mais mudanças no setor do que qualquer outro.

Em resposta, Emilia Fernandes observou que o governo Fernando Henrique ignorou por mais de 100 dias a greve dos professores das universidades públicas. Afirmou ainda que os profissionais de educação têm sido aviltados em sua dignidade. A senadora disse que, se não é o único culpado, o atual governo tem contribuído para a situação por meio da política econômica neoliberal implementada nos últimos sete anos.

Moreira Mendes quer ampliar comércio do Brasil com Taiwan

Ao relatar sua recente visita a Taiwan, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) enfatizou ser possível incrementar as trocas comerciais com aquele país, mesmo sem o reatamento das relações diplomáticas. Para o senador, o Brasil reúne condições de vender grandes montantes de carne e soja, comprando tecnologia de ponta em computadores e equipamentos de telecomunicações.

O senador — que visitou Taiwan a convite do governo local — constatou o interesse em desenvolver um comércio maior com o Brasil, apesar das dificuldades encontradas pelos empresários em visitas ao país, onde seus passaportes não são reconhecidos.

— Eles sofrem o constrangimento de vir aqui com um *laissez-passer*, documento anacrônico usado somente uma vez. Creio ser

possível mudar a legislação brasileira para permitir que usem seu passaporte, como acontece nos Estados Unidos — observou, ressaltando que também os EUA não mantêm relações diplomáticas com Taiwan.

Moreira Mendes destacou o desenvolvimento industrial de Taiwan e seu comércio intenso com todos os países do mundo. Atribuiu esse sucesso ao trabalho do Banco de Exportação/Importação, que financia as trocas comerciais com juros baixos e muita oferta de crédito.

— No Brasil, ao contrário, o custo financeiro alto demais trava maior desenvolvimento de nosso comércio exterior — disse.

TEMPO

O senador por Rondônia protestou contra o rigor da Mesa em relação ao tempo destinado



Moreira Mendes sugere mudanças na lei para permitir uso de passaporte de Taiwan no Brasil

a alguns senadores. Alguns parlamentares, segundo ele, têm mais complacência da Mesa em relação ao tempo que ocupam a tribuna, como se houvesse "senadores de primeira categoria e de segunda".

Na presidência da sessão, o quarto-secretário, senador Mozerildo Cavalcanti (PFL-RR), disse haver várias recomendações da Mesa aos líderes partidários pela exata observância do tempo.

Távola condena domínio do "marketing" nas eleições

Na opinião do senador, a substituição da pregação política por técnicas de propaganda é um fenômeno típico do presidencialismo

A substituição da pregação política de idéias, projetos de governo e visões ideológicas por técnicas de *marketing* e propaganda nas campanhas eleitorais foi condenada ontem pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Ele comentou entrevista concedida pelo publicitário responsável pela campanha do PT, Duda Mendonça, à revista *IstoÉ*, na qual, segundo o senador, o "marqueteiro" ensina que, numa campanha eleitoral, a forma é mais importante que o conteúdo.

— O objetivo final é o convencimento do eleitor, ajustando a fala do candidato ao que está no limbo do entendimento, no campo da necessidade e da esperança de quem vai votar. O convencimento é diferente da persuasão, que é o auto-

convencimento e a aquisição interior de argumentos — afirmou o senador.

Távola defendeu a reforma política e registrou afirmações de Duda reforçando a idéia de que a militância e o partido não têm mais importância e o que realmente importa é apenas o horário gratuito de tevê. Para ele, esse é um fenômeno típico do presidencialismo, pois no parlamentarismo não seria possível.

— Quem é político sabe que ninguém engana ninguém dentro do Congresso — afirmou.

Segundo Távola, no presidencialismo se vende a idéia do "salvador da pátria" e que os problemas só podem ser resolvidos por uma pessoa. Em aparte, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse que

a situação atual reflete a omissão do Congresso em relação à aprovação do projeto de reforma política. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o alvoroço em torno de marqueteiros como Duda Mendonça e Nizan Guanaes ocorre por eles estarem "na moda". Simon defendeu o financiamento exclusivamente público de campanhas e lembrou que o projeto aprovado no Senado não deixa dúvida em relação a esse ponto.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sugeriu que os tribunais eleitorais contratem auditorias para auferir o volume de gastos na campanha de cada candidato. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) também declarou-se favorável ao financiamento público de campanhas.

Cândido cobra mais atenção aos direitos humanos no país

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou a importância do Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemorado ontem, como uma data em que se cobra maior atenção do governo para os graves problemas que o país enfrenta, principalmente em relação à transgressão dos direitos do menor infrator e do presidiário.

— A lembrança de tão importante data, que deveria ser motivo de orgulho, somente nos faz recordar a gigantesca dissonância entre os belos princípios contidos na Declaração e as incontáveis violações perpetradas pelos mesmos governos que um dia a assinaram — disse.

Cândido informou que no último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil é citado como uma das nações que mais violam os direitos humanos. A Declaração dos Direitos do Homem, afirmou, não é o simples resultado de uma reunião de juristas que, em Paris, resolveram elaborar um texto internacio-



Cândido assinalou o Dia da Declaração Universal dos Direitos Humanos

nal. É sim, acrescentou, um documento forjado ao longo de séculos, resultado de longas discussões e inspirado em outros textos que traduziam a necessidade de garantir a integridade física e psíquica do indivíduo em relação a abusos cometidos pelos Estados.

O senador classificou como funesto o retrato da infância e da juventude no Brasil. Segundo ele, apesar do país possuir uma das legislações mais avançadas do mundo para garantir os direitos das crianças e adolescentes, não se tem, na prática, ações governamentais e políticas sociais capazes de assegurar esses direitos.

— Queremos fazer a nossa homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos e reafirmar que não desejamos que se repitam massacres como os do Carandiru, de Eldorado dos Carajás, de Corumbiara, de Vigário Geral, da Candelária e outros tantos cometidos contra a população — concluiu o parlamentar.

Mozarildo destaca trabalho maçom junto aos jovens

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou a importância do trabalho desenvolvido pela Ação Paramaçônica Juvenil (APJ) como sendo uma proposta que complementa a educação artística e profissional dos jovens, paralelamente aos ensinamentos recebidos em casa e na escola. A APJ, observou, desenvolve atividades ligadas ao civismo, à música, ao canto, à dança, às artes cênicas, à pintura, à leitura aos esportes, à poesia, à literatura, e procura despertar nos jovens atitudes responsáveis na sua formação como cidadãos.

Por inspiração de Adilson Amaral, lembrou o senador, a APJ foi criada em 1983 visando ao aperfeiçoamento físico e intelectual dos jovens, "filhos ou não de maçons". A ação, salientou, tem como lema *Res non verba* — ação, não palavras — e constitui-se como uma entidade educativa, filantrópica e progressista, proporcionando aos jovens oportunidades de realização de suas capacidades, inteligência e virtudes.

Mozarildo lembrou que a maçonaria do Brasil conta com aproximadamente 2 mil lojas e cerca de 61 mil obreiros ativos.

Patrocínio elogia Câmara de Gestão do Comércio Exterior

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) elogiou a iniciativa do governo de criar a Câmara de Gestão do Comércio Exterior (Gecex), destinada a dar impulso às exportações. O Gecex, explicou o senador, seguirá o modelo da Câmara de Gestão da Crise de Energia e será dirigido pelo ministro Sérgio Amaral, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Segundo o senador, o Brasil vem apresentando, há anos, graves deficiências no comércio exterior.

— Importamos demais e exportamos de menos. Nossos saldos na balança comercial, quando existem, são bisonhos e insuficientes — afirmou.

Patrocínio abordou ainda a dívida externa brasileira e a incerteza provocada pela suspeita de que o país não seja capaz de honrá-la



Carlos Patrocínio defendeu concessão de mais estímulos às exportações do país

integralmente. Para o senador, essa tensão paralisa a economia, atrasa investimentos e provoca a corrida para o dólar, além de gerar pressão inflacionária.

— Sem saldo suficiente de exportação, a escassez de divisas cria um ambiente que facilita a especulação com o dólar — explicou.

O senador criticou os EUA por dificultarem as exportações brasileiras, enquanto superprotegem sua agricultura e mantêm artificialmente baixos os preços de seus produtos. Ele citou como exemplos produtos como o aço e o suco de laranja.

Patrocínio pediu ao governo mais estímulo às exportações, desonerando-as de tributos, oferecendo crédito farto, removendo a burocracia e promovendo os produtos no exterior.

Valmir pede plano de carreira para servidor público federal

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) dirigiu apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que adote, com urgência, um plano de carreira para o servidor público federal. O parlamentar disse acreditar que, com essa medida, um passo importante estará sendo dado no sentido de valorização do funcionalismo.

Na avaliação dele, a categoria vem sendo humilhada nos últimos anos e, ao invés de ser reconhecida como um parceira importante na superação dos problemas nacionais, tem sido tratada como um entrave para o desenvolvimento do Brasil.

— Nos países desenvolvidos ocorre o contrário: em todas as crises, em todos os momentos graves, o papel do governo, o papel do servidor público é resalta-



Tratamento dado a funcionários nos últimos anos foi criticado por Valmir

do, é respeitado, é visto como importante para a segurança, para o desenvolvimento e para o bem-estar do país — afirmou.

Valmir Amaral destacou a importância da adoção de políticas de recursos humanos que invistam no crescimento profissional dos servidores tendo como objetivo, inclusive,

evitar a perda de bons funcionários. Ele destacou que no atual momento econômico, quando o Brasil busca uma maior projeção internacional, faz-se necessário "mais do que nunca" a capacitação e o treinamento permanente do quadro de servidores. As providências sugeridas pelo senador valorizam especialmente a adoção de políticas voltadas para uma melhor remuneração do funcionalismo, maior participação, treinamento, incentivo e estímulo.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos Valadares e Mozarildo Cavalcanti